



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU (ESPECIALIZAÇÃO)

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1.1. Nome do Curso

Curso de Especialização de Gestão Pública

1.1.2. Área do Conhecimento Conforme Tabela do CNPq

(60202009) Administração Pública; Área: 6.02.02.00-9

1.1.3. Unidade Proponente e Envolvidas (art. 6º resolução 012/2021/Conepe)

Diretoria de Gestão de Educação a Distância (DEAD)

1.1.4. Modalidade de Financiamento (art. 20 ao 23 da resolução 012/2021/Conepe)

Financiamento externo: UAB/CAPES

1.1.5 Modalidade de Oferta

EAD

1.1.6. Carga Horária

480

1.1.7. Quantidade de Vagas

180

1.1.8. Critérios de Seleção

Análise curricular

1.1.9. Público-alvo

Agente Públicos e demanda social

1.2.1. Processo Seletivo

Início

Fim

1.2.2. Realização do Curso

Início

Fim

1.2.3. Habilitação Específica

Profissionais que atuam ou venham a atuar na Administração Pública, em todas as esferas e poderes do Estado, no setor público não-estatal e em outras áreas afins ou Graduados.

1.2.4. Coordenador(a) e Vice Coordenador(a) (informar também e-mail e telefone)

Serão selecionados por meio de processo seletivo específico

1.2.5. Secretário Administrativo (se houver) (informar também e-mail e telefone)

2. ESTRUTURA DO CURSO

2.1.1. Justificativa

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, Estados e Municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacional desenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRUCIO e COUTO, 1996; PINHO e SANTANA, 2001). Dentro da



concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as “verdadeiras” funções de Estado: regulação e indução. Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal (CF), há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas.

As políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), respectivamente. Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (ABRÚCIO; COUTO, 1996; ABRÚCIO, 2005). Na realidade, até o presente momento muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública, como sugerem Kissler e Keidemann (2006).

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade de Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. Dados do IBGE (2006) mostram que o Poder Público Municipal não estava preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir a legislação relacionada à arrecadação. É razoável afirmar que isso se deve à carência de quadro de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa.

O desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos, é consequência de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, sendo importantes as práticas de organização e administração do trabalho, adotadas na sociedade, no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área empresarial. Nesse sentido, o papel reservado aos Cursos de Especialização em Gestão Pública é de grande importância, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervir na realidade social, política e econômica.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizados ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito crítico e a sua capacidade de produção de novos conhecimentos.

Aliada a esta “personalidade dinâmica e flexível” – traço essencial na garantia de um bom desempenho do profissional da gestão –, é preciso, ainda, que o Gestor Público desenvolva uma “visão estratégica dos negócios públicos”, o que pode ser obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração e da integração destas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico.

Deste modo, independente dos conhecimentos “comportamentais” e “de contexto”, exige-se do Gestor Público, o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional, de seus “recursos” humanos, financeiros e de produção e de gestão pública, evidentemente referenciada em um compromisso ético com a construção de uma sociedade justa.

No campo organizacional e de seus recursos, espera-se que o Gestor seja capaz de



promover o equilíbrio entre os objetivos organizacionais, suas disponibilidades e os interesses e necessidades dos servidores e sociedade em geral. Para tal, exige-se que o Gestor seja capaz de pensar novas formas de organização (tanto nos seus aspectos estruturais como nos funcionais), compatíveis com um ambiente em que a participação no processo decisório e a crescente responsabilidade das organizações com o desenvolvimento humano parecem constituir-se em condições essenciais para a obtenção de sucesso.

Na área de estudos governamentais, é imprescindível que o Gestor seja capaz de conhecer os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo da formação social, bem como a lógica e os procedimentos das ações administrativas governamentais, seja na área financeira e orçamentária, seja no processo de formulação e avaliação de políticas públicas em geral, não apenas de modo a cuidar da “coisa pública” de modo eficiente, mas, também, responsável, permitindo, assim, a manutenção de relações harmônicas entre o setor público, de um lado, e o privado e a sociedade civil organizada, de outro, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado.

Para tanto, é preciso que seja dada oportunidade a cidadãos e a estados e prefeituras de todo o Brasil de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional. E esse projeto se justifica para atender a essa formação.

2.1.2. Objetivos Geral e Específico

O curso piloto de graduação em Administração inaugurou, efetivamente, a UAB em 2006. Foi iniciado com a participação de 25 universidades públicas brasileiras – federais e estaduais – com mais de 10.000 estudantes em vários Estados. Isso foi possibilitado com a parceria entre o MEC/SEED, o Banco do Brasil (integrante do Fórum das Estatais pela Educação) e as universidades que aderiram ao projeto.

Os estudantes ingressaram por vestibular atendendo aos requisitos de cada uma das instituições vinculadas ao sistema UAB. O curso, nível bacharelado, com duração de quatro anos e meio, foi organizado em nove módulos semestrais, com carga horária total de 3.000 (três mil) horas. Além de participar dos encontros presenciais, que ocorrem preferencialmente aos sábados, o estudante desenvolve atividades a distância, como o estudo do material didático e trabalhos escritos, estudo de casos, pesquisas, acompanhado por um sistema de tutoria que permite o monitoramento do seu desempenho. Com a supervisão da SEED/MEC e da CAPES, coordenadores das IPES que oferecem o curso piloto, se reúnem (por meio de um Fórum) de três em três meses para avaliar o andamento da experiência, avaliar a modalidade discutir os métodos de ensino e de aprendizado, tomar decisões sobre o material didático e, sobretudo, socializar as experiências para garantir qualidade do curso.

Este Fórum é uma experiência ímpar no setor público brasileiro, pois coordena uma rede de IPES que atuam colaborativamente na busca de um objetivo comum, ou seja, o ensino público de administração a distância gratuito e de qualidade. Nesse sentido, este projeto de pós-graduação, integrante do Programa PNAP, apresenta os seguintes objetivos:

Objetivo Geral

Contribuir para a qualificação de pessoal de nível superior visando ao exercício de uma administração pública profissional.

Objetivos Específicos:

a) Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;



- b) Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
- c) Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e municipal;
- d) Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.

2.1.3. Metodologia de Ensino Aprendizagem

As diretrizes do Curso de Especialização em Gestão Pública (Integrante do Programa PNAP) deve oportunizar uma formação que privilegie tanto a dimensão profissional quanto a dimensão política, buscando-se:

- a) Formação ético-humanística que a formação do cidadão requer; e
- b) Formação técnico-científica condizente com as exigências que o mundo do trabalho contemporâneo impõe.

Constituído de um conjunto articulado e normatizado de saberes, o currículo se constrói refletindo as relações estabelecidas num jogo de poder em que se confrontam visões de mundo e onde se produzem, elegem e transmitem representações, narrativas e significados sobre as coisas e seres do mundo (COSTA, 1996).

Há três categorias de princípios que nortearão a estrutura curricular do Programa: epistemológicos, metodológicos e dinamizadores:

1. Princípios epistemológicos: Esses princípios, que devem sustentar a formação e o perfil do profissional de administração, são expressos através de duas dimensões: a) Dimensão epistemológica: que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas às ciências que integram o currículo do curso; e b) Dimensão profissionalizante: que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador em todas suas relações sócio político, cultural e nas perspectivas da moral e da ética. Tendo em vista essas duas dimensões, a estrutura curricular do Programa de Administração Pública sustenta-se em dois módulos de estudos, a saber: Módulo Básico, que se refere aos fundamentos da administração e da administração pública, e Módulos Específicos, contemplando quatro áreas de concentração, abrangendo a esfera pública geral ou municipal, a gestão de organização de saúde pública.

2. Princípios Metodológicos: Tendo presente que a Estrutura Curricular deve incorporar a compreensão de que o próprio currículo e o próprio conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais particulares e históricas e, ainda, que deve ser orientado numa perspectiva crítica onde ação-reflexão-ação se coloquem como atitude que possibilite ultrapassar o conhecimento de senso comum, três conceitos são escolhidos para servir não só de elo entre as diferentes áreas e os diferentes núcleos de conhecimento, mas também de fio condutor para base metodológica do curso, a saber:

- a) Historicidade: é vista como característica das ciências. Através desse conceito, espera-se que o estudante perceba que o conhecimento se desenvolve, é construído, num determinado contexto histórico/social/cultural/ e, por isso mesmo, está sujeito às suas determinações. O desenvolvimento do conhecimento, por ser processual, não possui a limitação de início e fim, consubstanciando-se num continuum em que avanços e retrocessos se determinam e são determinados pelas condições histórico-culturais em que as ciências são construídas;
- b) Construção: é outro conceito que perpassa todas as áreas e núcleos de conhecimento do curso, para que o estudante reforce sua compreensão de que, se os conhecimentos são históricos e



determinados, eles são resultados de um processo de construção que se estabelece no e do conjunto de relações homem/homem, homem/natureza e homem/cultura. Essas relações, por serem construídas num contexto histórico e culturalmente determinadas, jamais serão lineares e homogêneas e que ele, estudante deve se imbuir do firme propósito de transformar-se num profissional que não só aplica conhecimentos, mas também que produz conhecimentos;

c) **Diversidade:** é importante que o estudante compreenda como as diferentes abordagens determinam posicionamentos políticos na ação administrativa.

3. Princípios Dinamizadores: Os princípios dinamizadores do currículo do curso são decorrentes não só das abordagens epistemológica e metodológica do curso, mas também do fato de que os estudantes terão uma abordagem teórico-prática dos conteúdos trabalhados. A adoção desse princípio implica uma dinâmica curricular que torne o vivido pensado e o pensado vivido, com a incorporação, no processo de formação acadêmica, da experiência profissional ou das práticas vividas pelos estudantes, a dialeticidade entre o desenvolvimento teórico das disciplinas e sua construção pela prática. Sendo assim, a reflexão teórica e a prática estarão presentes de forma dialetizada na experiência da formação profissional. Essa direção metodológica implica inter-relações epistemológicas, em que a construção integradora do conhecimento se põe como princípio também fundamental no desenvolvimento do curso, buscando-se o reconhecimento da autonomia relativa de cada área de conhecimento e a necessária dialogicidade na busca do conhecimento da realidade educacional.

Como o Programa será desenvolvido na modalidade a distância, outros princípios se colocam como fundamentais na construção curricular: interação, autonomia, trabalho cooperativo, inter e transdisciplinaridade, investigação, relação teoria e prática, flexibilidade e dialogicidade.

O curso é organizado na modalidade a distância (não presencial) e presencial, porém todas as disciplinas serão virtuais. As disciplinas e todas as atividades do curso serão planejadas e conduzidas a fim de promover integração entre os estudantes, buscando a troca de experiências e conhecimentos entre todos os envolvidos – professores, alunos e tutores - tornando o ambiente voltado para a aprendizagem colaborativa.

O curso será desenvolvido envolvendo dois momentos essenciais:

Momentos não presenciais:

As disciplinas serão oferecidas na modalidade a distância, utilizando-se o Ambiente Virtual de Aprendizagem. Para dar suporte ao processo ensino-aprendizagem, será adotado o modelo de tutoria, no qual os participantes são estimulados pelos professores e tutores a interagirem por meio das ferramentas de comunicação disponíveis no ambiente virtual (AVA), tais como chats, fóruns, seminários, webconferência, atendimento virtual, dentre outros. As aulas cursadas virtualmente permanecerão disponíveis no ambiente durante todo o curso, com a finalidade de oferecer suporte a consultas posteriores.

Momentos presenciais:

O acompanhamento das ações estudantis também é feito na modalidade presencial, com a mediação do tutor presencial. Esses momentos, em presença, serão realizados nos polos de apoio presencial, que devem garantir espaços equipados de forma que permitam a interação, também poderá ser utilizada a vídeo conferência ou *web* conferência com os professores ou tutores a distância. É o espaço propício para que o estudante possa realizar encontros presenciais com o professor responsável pela disciplina ou com o tutor presencial, estudos em grupo, estudos individuais, atividades práticas, debates, avaliações presenciais das disciplinas e institucionais.



Esse encontro deve se configurar no espaço em que se promovam ações que visem à discussão de conteúdo das disciplinas e à orientação de trabalhos.

Ressalte-se que os polos se configuram no espaço acadêmico em que se estabelecem e mantêm o vínculo dos estudantes com a universidade e que serão utilizados ao longo do processo ensino-aprendizagem.

Material didático:

O material didático do curso, no âmbito da proposta curricular dessa especialização em Gestão Pública, configura-se como um dos dinamizadores da construção curricular e como um balizador metodológico. Os professores da UNEMAT/selecionados poderão utilizar materiais já produzidos por instituições parceiras do Sistema UAB em acordos pré-definidos ou produção própria dos professores conteudistas da modalidade a Distância, ou ainda, poderão, a partir de sua área de conhecimento, responsabilizar-se pela concepção e produção de material didático para o Curso.

No caso de produção própria, a direção da DEAD juntamente com o coordenador de curso, poderá convidar professores para elaboração do material da disciplina. Nesse caso, os professores definirão os conteúdos a serem trabalhados, a linguagem a ser utilizada, a estrutura do texto a ser construído, e contará com a equipe multidisciplinar como apoio pedagógico e da equipe de tecnologia para a produção do design gráfico e demais passos necessários. Assim, o material ganhará unidade conceitual e didática, com a identidade da UNEMAT. Cada material deverá conter os conteúdos básicos para cada disciplina, atividades para avaliar, a compreensão do que foi estudado e textos para leituras complementares selecionados pelos professores.

Poderá ser produzida *web* aulas sobre os conteúdos e disponibilizados para os alunos. Estas poderão ser assistidas online e ser baixadas (*download*) para os mais diversos suportes midiáticos. Todos os atores da estrutura pedagógica de EAD têm como função básica assistir ao estudante, acompanhá-lo e motivá-lo ao aprendizado.

Por fim, o material didático utilizado em cada disciplina do curso compreenderá diversas mídias, conforme a especificidade da disciplina, a ser definida pelo professor.

Organização das disciplinas do curso:

As disciplinas serão distribuídas em três fases/etapas/semestres. A primeira e segunda fases/etapas/semestres contemplarão um conjunto 7 disciplinas, respectivamente. A terceira fase ficará com duas disciplinas, sendo uma a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso.

2.1.4. Processos de Avaliação

A avaliação da aprendizagem do aluno será realizada de forma contínua, a partir da realização das atividades e das interações propostas no ambiente virtual e dos momentos presenciais, utilizando procedimentos e instrumentos adequados à proposta pedagógica desse curso.

O estudante será avaliado em três situações distintas:

- 1) durante a oferta das disciplinas, na plataforma AVA, com a participação virtual, por meio de atividades planejadas para o desenvolvimento da disciplina;
- 2) durante os encontros presenciais, realizados no polo;
- 3) ao final do curso, com a elaboração e apresentação do TCC.

A avaliação poderá se dar por meio de atividades avaliativas em grupo ou individualmente, realizadas no decorrer de cada disciplina, de acordo com a sua natureza e seus objetivos, tais como:



a) avaliação proposta na plataforma (a distância)

b) avaliação presencial

c) participação em fóruns avaliativos no AVA

d) apresentação de seminários

e) elaboração de projetos

f) elaboração de artigos científicos

g) elaboração e apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. No contexto da EaD o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

h) buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;

i) obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e

j) desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Gestão Pública e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que, possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.

Por isso, é importante desencadear processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

Com este olhar em relação ao percurso dos alunos, é que os tutores e os professores formadores deverão estar atentos para observar e fazer o registro dos seguintes aspectos: a produção escrita do estudante, seu método de estudo, sua participação nos Encontros Presenciais, nos fóruns e nos bate-papos; se ele está acompanhando e compreendendo o conteúdo proposto em cada uma das disciplinas, se é capaz de posicionamentos crítico reflexivos frente às abordagens trabalhadas e frente à sua prática profissional (dimensão cognitiva) e na realização de estudos de caso e de pesquisa, a partir de proposições temáticas relacionadas ao seu campo de formação profissional, entre outros fatores.

Por fim, a participação do aluno no curso será observada também por meio do acompanhamento do acesso à plataforma AVA e, também, pela verificação da produção das tarefas desenvolvidas no ambiente virtual de aprendizagem.

Ao final do curso, o aluno será considerado aprovado se:

1) obtiver aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento), aferido na média das atividades de avaliação, em cada disciplina e cumprir frequência mínima de 75% nas atividades síncronas e/ou presenciais previstas.

2) for aprovado no trabalho de conclusão do curso, com aproveitamento mínimo de 7,0 pontos de média.

Trabalho de Conclusão de Curso:

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) é componente curricular obrigatório para a obtenção do título de Especialista. Corresponde a uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos adquiridos durante o curso.



Para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, o aluno terá momentos de orientação e um semestre letivo destinado à elaboração da produção acadêmica. O aluno será orientado pelo docente orientador e pelos tutores da disciplina de TCC.

A avaliação do TCC será realizada tanto durante a elaboração, pelo docente e pelos tutores, como na apresentação ao final do curso.

2.1.5. Recursos Físicos e Materiais

Na educação à distância são utilizados instrumentos e objetos de aprendizagens projetados para possibilitar a melhor interação dos alunos com os professores, com os tutores e como consequência, com os conhecimentos multidisciplinares da Tecnologia de Informação, dos professores autores e da estrutura de apoio ao aluno. A linguagem escrita é a ferramenta mais utilizada para o diálogo ou interação entre educando e educadores. Assim, para a operacionalização deste projeto pedagógico serão utilizados:

a) Os textos e livro-texto: Textos de apoio ao estudo, por disciplina, organizados pelos integrantes da equipe, e ou materiais confeccionados por outras IES disponibilizados no SISUAB.

b) Textos complementares: No decorrer do curso poderão ser adquiridos novos livros, conforme as sugestões dos professores que serão disponibilizados na biblioteca dos polos de apoio presencial. Serão indicados artigos de periódicos especializados, artigos de revistas e jornais, obras clássicas, virtuais para contribuir com acervo de instrumentos para o aprofundamento dos conhecimentos e discussões.

c) Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA): Para comunicação entre os sujeitos e a disponibilização de materiais necessários ao desenvolvimento das disciplinas e TCC. A Internet será nesse curso, um dos principais veículos de comunicação. Por meio do ambiente virtual de aprendizagem têm-se várias ferramentas de interação que podem ser utilizadas conforme a dinâmica de cada disciplina. Para o desenvolvimento do curso, a comunicação e troca de informações poderá ser realizada por meio do Moodle, uma plataforma de ambiente de aprendizagem a distância. Nesta plataforma conta-se com ferramentas que permitem a interação via online, chats, além de vários recursos para publicação de textos e de exercícios para os alunos. Além desses recursos, será utilizada a ferramenta chamada web conferência, para a comunicação entre professores, tutores e alunos, apresentação de trabalhos e desenvolvimento das disciplinas. Os meios didáticos que darão suporte a essa metodologia serão: microcomputador, TV, vídeo, data show, home theater, pendrive, lousa branca, etc. Os fóruns de discussão, contato assíncrono, onde serão postadas as atividades de discussão: tirar dúvidas e interação entre colegas, professores e tutores. A disponibilização de material digitalizado, proposição de atividades, sugestão de leituras que serão disponibilizadas nas ferramentas específicas da plataforma. Além disso, serão utilizados os e-mails no AVA. O uso dos ambientes virtuais para divulgação e troca de informações, como a forma e as normas para o desenvolvimento das aulas virtuais e dos fóruns de discussões serão devidamente normatizados e planejados pelo Colegiado de Curso e divulgado junto aos alunos, no primeiro momento do curso. Enfim, esses momentos irão possibilitar ao aluno uma experiência ampliada de participação, de discussões e de reflexões interdisciplinares sobre as temáticas educacionais. **d) Sistema de Tutoria:** A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre aluno e tutor deve ser único. O tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o percurso,



as expectativas, as realizações, as dúvidas, as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo. Na fase de planejamento, o tutor pode participar da discussão com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação da aprendizagem. No desenvolvimento do curso, o tutor deve se responsabilizar pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada aluno.

Por fim, a educação a distância, como a que oferecemos, não prescinde da organização do polo de apoio presencial. O polo presencial é de suma importância para o sucesso do curso, pois ele será o contato físico do aluno, enriquecendo o processo de ensino e aprendizado. Esses Polos oferecem a infraestrutura de atendimento e estudo necessário ao aluno. Nos polos os alunos contarão com:

- a) salas de estudo;
- b) computadores conectados à internet e multimeios e videoconferências disponíveis
- c) laboratórios didáticos,
- d) biblioteca,
- e) recursos audiovisuais
- f) Tutoria presencial semanal, para esclarecimento de dúvidas;
- g) Tutoria à distância, através de videoconferência, Internet (em sala de Informática devidamente equipada) ou mesmo telefone e encontros presenciais.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1. Coordenação do Curso

A Coordenação do Curso será desempenhada por servidor docente efetivo da UNEMAT, a ser selecionado por processo seletivo, conforme exigência do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) estabelecida na Portaria CAPES nº 309/2024.

3.2. Coordenação de Tutoria

A Coordenação de Tutoria será desempenhada, prioritariamente, por servidor efetivo da UNEMAT, a ser selecionado por processo seletivo, conforme exigência do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) estabelecida na Portaria CAPES nº 309/2024.

3.3. Tutores

Os tutores serão selecionados por meio de processo seletivo, conforme estabelece a Portaria CAPES nº 309/2024, em quantidade a ser definida em razão do total de alunos matriculados no curso, conforme estabelecido pela CAPES na Instrução Normativa GAB nº 1/2024.

3.4. Docentes

Os docentes serão selecionados por meio de processo seletivo, conforme estabelece a Portaria CAPES nº 309/2024.

3. QUADRO DE DISCIPLINAS

Ordem	Disciplina	Carga Horária	Período de Oferta
1º Eixo Módulo Básico	Estado, Governo e Mercado	30	
1º Eixo Módulo Básico	O Público e o Privado na Gestão Pública	30	
1º Eixo Módulo Básico	Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	30	
1º Eixo Módulo Básico	O Estado e os Problemas Contemporâneos	30	
1º Eixo Módulo Específico	Cultura e Mudança Organizacional	30	

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO-PRPPG
Avenida Tancredo Neves, 1095, Cavalhada, Cáceres-MT, CEP: 78.217-900
Fone:(65) 3221-0040 / 0041 / 0042 / 0043 / 0044 / 0045
E-mail: prppg_ls@unemat.br / Internet: www.unemat.br



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU



1º Eixo Módulo Específico	Comportamento Organizacional	30	
1º Eixo Módulo Específico	Redes Públicas de cooperação em Ambientes Federativos	30	
2º Eixo – Módulo Básico	Políticas Públicas	30	
2º Eixo – Módulo Básico	Planejamento Estratégico Governamental	30	
2º Eixo – Módulo Básico	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30	
2º Eixo - Módulo Básico	Metodologia de Estudo e Pesquisa em Administração	30	
2º Eixo Módulo Específico	Gestão Operacional	45	
2º Eixo Módulo Específico	Gestão Logística	30	
2º Eixo Módulo Específico	Plano Plurianual e Orçamento Público	45	
3º Eixo - Módulo Específico	Trabalho de Conclusão de Curso	30	
Carga horária total do curso		480	

MODULO BÁSICO		
Ordem	Disciplina	Carga horária
1	Metodologia de Estudo e Pesquisa em Administração	30
2	Estado, Governo e Mercado	30
3	Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	30
4	O Público e o Privado na Gestão Pública	30
5	Políticas Públicas	30
6	Planejamento Estratégico Governamental	30
7	O Estado e os Problemas Contemporâneos	30
8	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30
Total da carga horária		240 horas

MODULO ESPECÍFICO		
Ordem	Disciplina	Carga horária
1	Cultura e Mudança Organizacional	30
2	Comportamento Organizacional	30
3	Redes Públicas de cooperação em Ambientes	30
4	Gestão Operacional	45
5	Gestão Logística	30
6	Plano Plurianual e Orçamento Público	45
7	Trabalho de Conclusão de Curso	30
Total da carga horária		240 horas

4. FICHA DE DISCIPLINAS

Disciplina	Carga Horária Presencial	Carga Horária a Distância	Carga Horária Total
Estado, Governo e Mercado		30	30
Ementa			
Conceitos Básicos. A Dinâmica Pendular das Relações entre Estado e Mercado. Duas Matrizes Teóricas para a Interpretação das Relações entre Estado e Mercado: a liberal e a marxista. A Formação da Matriz do Pensamento Liberal. A Matriz Marxista. As Mudanças nas Sociedades Capitalistas no Final do Século XIX e seus Impactos sobre as Matrizes Marxista e Liberal. O			

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO-PRPPG
Avenida Tancredo Neves, 1095, Cavallhada, Cáceres-MT, CEP: 78.217-900
Fone:(65) 3221-0040 / 0041 / 0042 / 0043 / 0044 / 0045
E-mail: prppg_ls@unemat.br / Internet: www.unemat.br

UNEMAT
Universidade do Estado de Mato Grosso



Estado Liberal. O Estado Socialista. O Estado de Bem-Estar Social. O Estado Neoliberal.

Conteúdo Programático

Relação entre estado e mercado
Capitalismo, socialismo e comunismo
Sociedades capitalistas do século XIX ao XXI
Estado e bem-estar social
Estado e capital

Bibliografia

COELHO, Ricardo Corrêa. Estado, governo e mercado. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014. LEITE JÚNIOR, Alcides. Brasil: a trajetória de um país forte. São Paulo: Trevisan, 2009. WEFORT, Francisco (Org.) Os Clássicos da Política. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996. 2 v.

Disciplina	Carga Horária Presencial	Carga Horária a Distância	Carga Horária Total
O Público e o Privado na Gestão Pública		30	30
Ementa			
A Dicotomia Público/Privado. As Prerrogativas do Poder Público sobre os Agentes Privados. O Estado e o Servidor Público. Os Cinco Princípios Orientadores da Administração Pública. O Público e o Privado e a Emergência do Terceiro Setor.			
Conteúdo Programático			
Conteúdo Programático A dicotomia público-privado. Os princípios norteadores do serviço público. O servidor como agente da ação do Estado. As diversas organizações do terceiro setor e suas especificidades. Globalização e neoliberalismo: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados de bens e de capitais. Reorientação do papel do estado: da produção à regulação de bens e serviços. Defesa do interesse público na competição globalizada: Estado e agentes econômicos privados internacionais.			
Bibliografia			
Bibliografia Básica BREISSER-PEREIRA, L. C.; GRAU N. C. (Org.). O Público Não-Estatal na Reforma do Estado. Rio de Janeiro: FGV, 1999. COELHO, Ricardo Corrêa. O público e o privado na gestão pública. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.			
Bibliografia Complementar: ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1989.			



BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
FIORI, José Luis. Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.
SAES, Décio. A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual. In: República do capital – capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo, Bomtempo, 1998.
WEBER, Max. Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1994.

Disciplina	Carga Horária Presencial	Carga Horária a Distância	Carga Horária Total
Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro		30	30
Ementa			
O Setor Público e a República Velha (1889–1930). A Era Vargas. O Estado Desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. O Regime Militar e as Reformas de Estado. A Eleição de Tancredo Neves e o Governo Sarney. Os Governos Collor e Itamar Franco. O Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso. O Segundo Governo Fernando Henrique Cardoso. O Primeiro Governo Lula. O Segundo Governo Lula.			
Conteúdo Programático			
Processos colonizatórios e formação da sociedade brasileira. Organização republicana de estado. Estado desenvolvimentista Regime militar e funcionamento da sociedade brasileira Relação entre os três poderes na formação e organização do estado brasileiro. Eleição no Brasil sua relação com os processos midiáticos Governos eleitos			
Bibliografia			
Bibliografia Básica: GIAMBIAGI, Fábio et al. Economia Brasileira Contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. FERLIE, Ewan et al. A nova administração pública em ação. Tradução de Sara Rejane de Freitas Oliveira. Brasília: UnB/Enap, 1999. LEITE JÚNIOR, Alcides Domingues. Desenvolvimento e mudanças no estado brasileiro. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES: UAB, 2014. Bibliografia Complementar: SANTOS, Wanderley G. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979.			

Disciplina	Carga Horária Presencial	Carga Horária a Distância	Carga Horária Total
Políticas Públicas		30	30
Ementa			
Políticas Públicas: conceitos básicos. Análise de Políticas Públicas. Formação da Agenda de Políticas Públicas. As Arenas Políticas e o Comportamento dos Atores. Modelos de Análise do Processo de Decisão Política. Implementação de Políticas Públicas. Avaliação e Monitoramento			



de Políticas Públicas. Regularidades das Políticas Públicas no Brasil.

Conteúdo Programático

As principais abordagens na análise de políticas públicas e o modelo sistêmico;
A concepção do “ciclo da política”.
Experiências inovadoras que criam esferas públicas de negociação e de participação popular: conselhos, redes, parcerias e novos arranjos institucionais no nível local de governo.
A formação de agenda de políticas públicas, tipos de demandas.
Modelos de análise do processo decisório: racional, organizacional e modelo da política burocrática;
A lógica do processo decisório: racional-compreensiva, incremental e mixed-scanning;
Novos papéis e responsabilidades dos entes federativos nas políticas públicas.
A análise de políticas públicas e seus problemas; as mudanças na legislação e nas instituições de políticas sociais no Brasil.
Articulação e implementação nas dimensões locais e globais e os alcances e limites dos governos municipais.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. In: Rev. bras. Ci. Soc., Jun. 1999, vol.14, n. 40, p.111-141.
COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. In: Revista do Serviço Público, n. 2, abr-jun 1998.
FAGNANI, Eduardo. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992. In: Cadernos GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: Revista Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, n. 23, jun., 2001.
VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. In: Revista de Administração Pública, vol. 30, n. 2, mar-abr 1996, p. 5-43.
RUA, Maria das Graças. Políticas públicas. 3. ed. rev. atua. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES: UAB, 2014.
SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. Políticas Públicas. Brasília: ENAP, 2006. 1-2 v. Coletânea

Bibliografia Complementar:

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. Sistematizando e comparando os Enfoques de Avaliação e Análise de Políticas Públicas: uma contribuição para a área educacional. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2007.
FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: Revista de Sociologia e Política, v.17, n.15, nov, 2000.

Disciplina	Carga Horária Presencial	Carga Horária a Distância	Carga Horária Total
Planejamento Estratégico Governamental		30	30
Ementa			
Um Breve Histórico do Planejamento. O Contexto Sociopolítico em que se Deve Inserir o Planejamento Estratégico Governamental. A Construção do “Estado Necessário” e o Planejamento Estratégico Governamental. O Contexto Disciplinar da Administração Pública. A Ciência Política e a Supervalorização do Político. A Administração Pública e a Subvalorização			



do Conflito. A Concepção Ingênua do Estado Neutro. Os Enfoques da Análise de Política e o Planejamento Estratégico Situacional como Fundamentos do Planejamento Estratégico Governamental. O Enfoque da Análise de Política. O enfoque do Planejamento Estratégico Situacional. Agir Estratégico. Os Momentos da Gestão Estratégica. A Análise de Governabilidade – o Triângulo de Governo. A Situação-Problema como Objeto do Planejamento Estratégico Governamental. O Fluxograma Explicativo da Situação. Uma Visão Preliminar do Resultado. Planejar por Situações Problema. Operações. Matriz Operacional. Gestão do Plano. Focos de Debilidade de um Plano. Componentes de um Sistema de Planejamento Estratégico Governamental.

Conteúdo Programático

Problemas de cunho socioeconômico, como os relacionados à distribuição de renda e riqueza; à geração de trabalho e renda; à inclusão social; à realização de reformas; ao aumento da transparência e da participação popular.

Trajetórias das políticas públicas concernentes a resolução ou não desses problemas.

Definição e tipologia de planejamento estratégico.

Etapas do processo de planejamento.

Influências e resultados do planejamento na e sobre a sociedade.

Critérios para avaliação de projetos e do plano plurianual.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Paulo R. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica. 2004. Mimeografado. Disponível em:

<<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1277HistorPlanejBrasil.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2012.

CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. Revista do Serviço Público, ano 54, n. 1, jan. mar. 2003.

DAGNINO, Renato Peixoto. Planejamento estratégico governamental. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2014.

ETKIN, Jorge. Política, gobierno y gerencia de las organizaciones. Buenos Aires: Prentice Hall, 2000.

FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho I. R. de. Planejamento estratégico na prática. São Paulo: Atlas, 1995.

LIMA, Blanca Olias de (Coord.). La nueva gestión pública. Madrid: Pearson Educación S. A., 2001.

MATUS, Carlos. O método PES. São Paulo: Fundap, 1995, p. 51–100.

_____. Adeus senhor presidente: governantes governados. São Paulo: Fundap, 1996. p. 19–70.

MINTZEMBERG, Henry; JAN, Jorgensen. Una estrategia Emergente para la Política Pública. Gestión y Política Pública, México IV, n. 1, primer semestre 1995.

MINTZEMBERG, Henry. Safári de estratégia. São Paulo: Bookman, 1999.

_____. Ascensão e queda do planejamento estratégico. São Paulo, Bookman, 2004. p. 183–256.

OLIVEIRA, Djalma de P. R. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas. São Paulo:

Atlas, 1988.

Bibliografia Complementar:



MATUS, Carlos. Política planejamento e governo. Brasília: IPEA, 1996.
OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: RAP, Rio de Janeiro, n. 40, v. 1, p. 273-88, mar/abr, 2006.
OLIVEIRA, Djalma de P. R. Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia, práticas. SP: Atlas, 1988.

Disciplina	Carga Horária Presencial	Carga Horária a Distância	Carga Horária Total
O Estado e os Problemas Contemporâneos		30	30
Ementa			
Pobreza, Desigualdade, Exclusão e Cidadania: correlações, interseções e oposições. A Proteção Social Promovida pelo Estado: histórico e mais alguns conceitos relevantes. Bases Econômicas do Estado de Bem-Estar Social: keynesianismo e fordismo. Educação. Saúde. Assistência Social e Segurança Alimentar. Políticas Públicas de Trabalho e Geração de Renda.			
Conteúdo Programático			
Problemas de distribuição de renda e riqueza; Geração de trabalho e renda; Inclusão social; Necessidade de reformas; Transparência e da participação popular.			
Bibliografia			
Bibliografia Básica: ITUASSU Arthur; ALMEIDA Rodrigo (Org.). O Brasil tem jeito? Educação, saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. 2 v. KLIKSBERG, Bernardo. Falácias e mitos do desenvolvimento social. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. p. 69–103. SANTOS, Maria Paula Gomes dos. O Estado e os problemas contemporâneos. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014. Bibliografia Complementar: BRESSER-PEREIRA Luiz C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: Pinheiro, Wilhelm e Sachs (Org.). Brasil: Um Século de transformações. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 222-259. INSTITUTO DNA BRASIL. 50 brasileiros para pensar a vocação do país. São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2005. Kliksberg, Bernardo. Falácias e mitos do desenvolvimento social. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. Cap. 3 “Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?”, p. 69-103.			

Disciplina	Carga Horária Presencial	Carga Horária a Distância	Carga Horária Total
Indicadores socioeconômicos na Gestão Pública		30	30
Ementa			
Uma Breve Caracterização Histórica. Indicadores Sociais: do conceito às medidas. Indicadores e os Diagnósticos Socioeconômicos. Principais Produtores de Dados e Indicadores no Brasil.			



Principais Pesquisas Amostrais e Institucionais do IBGE. Registros Administrativos, Cadastros Públicos e Dados de Programas. Dados e Indicadores Econômicos. Principais Boletins de Conjuntura. Principais Pesquisas Econômicas do IBGE.

Conteúdo Programático

Introdução histórica;
Indicadores Sociais: do conceito às medidas;
Indicadores e os diagnósticos socioeconômicos;
Principais Pesquisas e Fontes de Dados e de Indicadores Sociais;
Principais produtores de dados e indicadores no Brasil;
Os Censos Demográficos;
As Pesquisas Amostrais e Institucionais do IBGE;
Registros Administrativos, Cadastros Públicos e Dados de Programas;
Introdução às fontes de dados e indicadores econômicos;
Dados e Indicadores Econômicos;
Principais boletins de conjuntura;
Principais pesquisas econômicas do IBGE.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

FEIJÓ, C. et al. Para entender a conjuntura econômica. Barueri: Manole, 2008. p. 1–60.
JANNUZZI, Paulo M. Indicadores Sociais: conceitos básicos para uso na avaliação e formulação de políticas. Campinas: Alínea, 2001. p. 11–63.
JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores socioeconômicos na gestão pública. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.

Bibliografia Complementar:

CARDOSO, Regina L. S. Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público. São Paulo: CEPAM, 1999.
CARLEY, Michael. Indicadores sociais: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH – Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. Revista Brasileira. Est. Urbanos e Regionais, Salvador, 7 (1):73-89, 2005.
_____; CAVATI SOBRINHO, H. Informação econômica no Sistema Estatístico Brasileiro. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 15, n. 1, p. 75-90, 2005.
SANTAGADA, S. Indicadores sociais: uma primeira abordagem histórica. Pensamento Plural, Pelotas [01]: 113-142, julho/dezembro, 2007.

Disciplina	Carga Horária Presencial	Carga Horária a Distância	Carga Horária Total
Metodologia de Estudo e Pesquisa em Administração		30	30

Ementa

A Universidade como Universo de Conhecimento. O Estudo na Universidade. Processo de Leitura. Técnicas de Leitura. A Ciência e os Diferentes Tipos de Conhecimentos. As Ciências Sociais e suas Especificidades. Método e Metodologia. O que é Pesquisa? A Primeira Grande Divisão. O Método e a Forma de Abordar o Problema. Quanto aos Objetivos da Pesquisa. Quanto aos Procedimentos Adotados na Coleta de Dados. O Processo de Pesquisa. Etapas da



Pesquisa Científica. Instrumentos e Técnicas de Coleta e Análise de Dados. Os Trabalhos Científicos. Trabalho de Conclusão de Curso. Artigo Científico.

Conteúdo Programático

- Ciência e conhecimento científico;
- Método científico;
- Ética e rigor na pesquisa;
- Paradigmas e técnicas de pesquisa;
- Fontes da pesquisa – pesquisa na educação;
- Busca em bibliotecas digitais;
- Diretrizes para a elaboração de projeto de pesquisa;
- Ferramentas digitais para a elaboração e a formatação de textos científicos;
- Técnicas de registro de leituras (fichamentos, resumos, resenhas);
- Elaboração de citações e referências.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

BIROCHI, Renê. Metodologia de estudo e de pesquisa em administração. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2015.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6022:2003: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa;
_____. ABNT NBR 6023:2002: informação e documentação: referências: elaboração;
_____. ABNT NBR 6028:2003: resumos: procedimentos;
_____. ABNT NBR 10520:2002: informação e documentação: apresentação de citações em documentos;
_____. ABNT NBR 10719:2011: informação e documentação: relatório técnico e/ou científico: apresentação;
_____. ABNT NBR 14724:2011: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação;
_____. ABNT NBR 15287:2011: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação
CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. Porto Alegre: Artmed, 2007.
FAZENDA, Ivani. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1989.
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Disciplina	Carga Horária Presencial	Carga Horária a Distância	Carga Horária Total
Cultura e Mudança Organizacional		30	30
Ementa			
Elementos da Cultura Brasileira. Mudança e Resistência Cultural na Administração Pública.			



Pensamento Sistêmico e Mudança Organizacional. Mudança Organizacional como Processo Complexo e Dinâmico. A Comunicação no Processo de Mudança.

Conteúdo Programático

Mudanças Organizacionais: fatos geradores, tipologias e modelos básicos de gestão de mudanças.
Os processos de institucionalização em órgãos públicos: a cultura brasileira, e a descontinuidade administrativa.
Governabilidade, Projetos de Mudanças e resistências culturais das estruturas existentes.
Mudanças, desenvolvimento organizacional e aprendizagem nas organizações públicas.
Comunicação – fator estratégico na implementação de mudanças. Poder e Cultura na institucionalização das redes organizacionais federativas.
Modelos de Gestão e os desenhos organizacionais nas organizações públicas.
Conflito e negociação no desenvolvimento da governança.
Poder, autoridade e teorias abrangentes de liderança.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

BERGUE, Sandro Trescastro. Cultura e mudança organizacional / Sandro Trescastro Bergue. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014. 102p.:
LIMA, Suzana Maria Valle (Org.). Mudança Organizacional: teoria e gestão. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

Bibliografia Complementar:

MORGAN, Gareth. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 1996.
OLIVEIRA, Marco Antônio G. Como entender a cultura organizacional. São Paulo: Nobel, 1988.
THÉVENET, Maurice. Cultura de empresa, auditoria e mudança. Tradução de Lemos Azevedo. Lisboa: Monitor, 1989.
TAVARES, Maria das Graças de Pinho. Cultura organizacional: uma abordagem antropológica da mudança. São Paulo. Qualitymark, 1991.
ROBBINS, Stephen P. Comportamento organizacional. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

Disciplina	Carga Horária Presencial	Carga Horária a Distância	Carga Horária Total
Comportamento Organizacional		30	30

Ementa

Conceitos Fundamentais de Comportamento Organizacional. Abordagens do Fenômeno Motivacional. Processos Organizacionais e Comportamento. Modelos de Gestão e Estruturas Organizacionais. Elementos de Poder: autoridade e liderança em organizações públicas. Dependência como Componente do Poder.

Conteúdo Programático

Abrangência do CO, micro, meso e macrocomportamento organizacional, no fortalecimento da governança das organizações.
Poder e Cultura na institucionalização das redes organizacionais federativas.
Modelos de Gestão e os desenhos organizacionais nas organizações públicas.
Conflito e negociação no desenvolvimento da governança.



Poder, autoridade e teorias abrangentes de liderança.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

Bergue, Sandro Trescastro Comportamento organizacional / Sandro Trescastro Bergue. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014. 114p.

BOWDITCH, James L.; BUONO Anthony F. Elementos de Comportamento Organizacional. São Paulo: Pioneira, 1992.

ROBBINS, Stephen P. Comportamento organizacional. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

Bibliografia Complementar:

DAFT, Richard L. Organizações Teorias e Projetos. São Paulo: Pioneira. Thomson Learning, 2002.

MORGAN, Gareth. Imagens da Organização. Atlas. São Paulo, 1996.

NADLER, David A.; GERSTEIN, Marc; SHAW, Robert B. Arquitetura Organizacional. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

ROBBINS, Stephen P. Comportamento organizacional. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

Disciplina	Carga Horária Presencial	Carga Horária a Distância	Carga Horária Total
Redes Públicas de Cooperação em Ambientes Federativos		30	30
Ementa			
Conceitos e Expectativas. Redes Públicas e o Desenvolvimento Federativo. Desenvolvimento Federativo e as Redes Públicas de Cooperação. Redes Públicas de Cooperação – Condicionantes Críticos. Governança das Redes Estatais. Processo de Evolução das Redes Estatais Puras e os Mecanismos Críticos de Gestão.			
Conteúdo Programático			
Desenvolvimento regional. Conceito e organização de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. A transmissão do capital social (ou doenças transmissíveis) nas redes comunitárias. Casos de redes estaduais e municipais. Alianças e parcerias. Concessões. As Parcerias Público Privadas - PPPs. Consórcios.			
Bibliografia			

**Bibliografia Básica:**

BAKER, Wayne. The network organization in theory and practice. In: NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G. (Ed.) Networks and organizations : structure, form, and action. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992, p. 397-429.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Coords.) Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

MALMEGRIN, Maria Leonídia Redes públicas de cooperação em ambientes federativos / Maria Leonídia Malmegrin. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014. 116p.

Bibliografia Complementar:

MEYER-STAMER, Jörg. Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica. Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper n. 28, setembro de 2001, São Paulo, 2001.

MILES, Raymond E.; SNOW, Charles C. Network organizations: new concepts for new forms. In: California management review. California, vol. XXVIII, n. 3, p. 62-73, spring 1986.

TEIXEIRA, Francisco (Org.). Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais. São Paulo: Casa da Qualidade, 2004.

Disciplina	Carga Horária Presencial	Carga Horária a Distância	Carga Horária Total
Gestão Operacional		45	45
Ementa			
Uniformizando Conceitos e Expectativas. Ciclos de Gestão na Administração Pública. Controle Operacional e as Demandas do Estado e da Sociedade. De que Controle Estamos Falando? O Controle pelo Estado e suas Demandas para o Controle Operacional. Controle pela Sociedade e suas Demandas para o Controle Operacional. Gestão Integrada de Processos e Projetos. Gestão de Carga e de Capacidade. Sistemas de Avaliação como Sistemas de Informação para o Controle Operacional. Os Processos dos Sistemas de Avaliação Operacional. Mecanismos e Instrumentos para a Avaliação das Ações Operacionais.			
Conteúdo Programático			
Controle pela Sociedade e pelo Estado e a prestação de contas da administração pública. A gestão de processos e projetos e os dispositivos normativos dos sistemas estruturadores das áreas de apoio à execução. Gestão de Demanda e de Capacidade instalada na prestação de serviços públicos. Gestão de conformidade e de riscos operacionais face às restrições de recursos. Controladoria e Sistemas de Informações – o uso intensivo de soluções			
Bibliografia			
Bibliografia Básica:			



FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de Serviços.

Bookman. Porto Alegre. 2000.

MALMEGRIN, Maria Leonídia Gestão operacional / Maria Leonídia Malmegrin. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010. 200p.

MAXIMIANO Antonio César Amaru. Administração de Projetos. São Paulo: Atlas, 2002.

Bibliografia Complementar:

MIRANDA, Luiz Carlos; SILVA, José Dionísio Gomes da. Medição de desempenho. In: NOVAES, Antônio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: estratégia, operação e avaliação. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

ROBBINS, Stephen P. O processo administrativo: integrando a teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1980.

SCHMIDT, Paulo. Controladoria: uma abordagem da gestão econômica. São Paulo: Atlas, 1999.

VALERIANO, Dalton L. Gerência em projetos. São Paulo: Makron Books, 1998.

Disciplina	Carga Horária Presencial	Carga Horária a Distância	Carga Horária Total
Gestão Logística		30	30
Ementa			
Definição de Logística. Nível de Serviço. Atividades da Logística. Processo Logístico. Equilíbrio de Custos sob a Ótica da Logística. Planejamento da Logística. Gestão do Processamento do Pedido. Gestão de Transporte. Gestão de Estoque. Controle de Estoque. Localização. Gestão de Compras. Armazenagem. Manutenção da Informação. Programação Linear. Roteirização de Veículos. Localização – Avaliação Quantitativa.			
Conteúdo Programático			
Introdução à Logística. Caracterização das Atividades Primárias e Secundárias da Logística. Nível de Serviço Logístico. Gestão de Compras. Gestão de Estoques. Processo de Negociação com Fornecedores			
Bibliografia			
Bibliografia Básica			
BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 6. ed. São Paulo: Bookman,			



2006.

LACHTERMACHER, Gerson. Pesquisa Operacional na Tomada de Decisões: modelagem em Excel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ROSA, Rodrigo de Alvarenga Gestão logística / Rodrigo de Alvarenga Rosa. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010. 178p.

Bibliografia Complementar:

VIANA, João, J. Administração de Materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2008.

ARNOLD, J. R. Tony. Administração de materiais. São Paulo: Atlas, 2002.

BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: planejamento, organização e logística empresarial. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. Logística Empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2001.

CHRISTOPHER, Martin. O Marketing da Logística. São Paulo: Futura, 1999.

DIAS, Marcos Aurélio P. Administração de Materiais. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais. São Paulo: Saraiva, 2002.

NOVAES, Antônio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: estratégia, operação e avaliação. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

VIANA, João José. Administração de Materiais: um enfoque. São Paulo: Atlas, 2001.

Disciplina	Carga Horária Presencial	Carga Horária a Distância	Carga Horária Total
Plano Plurianual e Orçamento Público		45	45
Ementa			
O Papel do Orçamento na Gestão Pública. O que é Orçamento Público? Sistema Brasileiro de Planejamento e Orçamento. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei Orçamentária Anual. Receitas Públicas. Despesas Públicas. Sistemas de Informações Orçamentárias. Elaboração da Proposta Orçamentária pelo Poder Executivo. Apreciação Legislativa da Proposta Orçamentária. Créditos Adicionais e Alterações da Lei Orçamentária Anual. Processo de Execução do Orçamento. Analisando o Perfil das Despesas. Execução de Despesas por Convênios e Contratos. Gênese e Evolução do Orçamento Público. Evolução do Orçamento Público no Brasil. O Modelo Atual de Planejamento e Orçamento. Desafios para o Aperfeiçoamento do Orçamento Público.			
Conteúdo Programático			
Conteúdo Programático Instrumentos de Gestão do Estado: PPA, LDO, LOA e LRF. Definições conceituais, lógica de interação entre os instrumentos, visão sistêmica externa e governabilidade. PPA: função e componentes, gestão do plano, o uso de indicadores de resultados e suportes de sistemas informacionais. Orçamentos públicos: evolução histórica e tendências futuras de inovação e sistemas			



informacionais de apoio à gestão.

A LDO e LOA a base legal do orçamento público: princípios orçamentários, vedações constitucionais.

O orçamento no legislativo e as ementas parlamentares; o orçamento no executivo e os contingenciamentos orçamentários; impactos na capacidade governativa e nas políticas públicas.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

ARRETCHE, Marta. Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo: Perspectiva, 2004.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. São Paulo: Atlas, 2005.

Santos, Rita de Cássia Plano Plurianual e Orçamento Público/Rita de Cássia Santos. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2015. 189p.

Bibliografia Complementar:

BIN, D.; CASTOR, B. V. J. Racionalidade e Política no Processo Decisório: estudo sobre orçamento em uma Organização Estatal. In: Revista de Administração Contemporânea, v. 11, n. 3, jul/set. 2007 p. 35-56.

SIQUEIRA, Thales R. O Modelo de Gestão dos Planos Plurianuais: um estudo de caso.

Dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Ciência Política da UNB. 2006.

SOUZA, Celina. Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo. In: São Paulo em Perspectiva, São Paulo, vol. 15, n. 4, p. 84-97, dezembro de 2001.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. São Paulo: Atlas, 2005

Disciplina	Carga Horária Presencial	Carga Horária a Distância	Carga Horária Total
Trabalho de Conclusão de Curso	15	15	30

Ementa

Possibilidades de trabalho de conclusão de curso (TCC). Técnicas utilizadas para a elaboração de monografias e artigos científicos. Especificidades do TCC de acordo com a área de formação do pós-graduando. Elaboração e orientação do TCC. Socialização do trabalho de conclusão de curso.

Conteúdo Programático

- Natureza da monografia e do artigo científico
- Aspectos estruturais e formais
- Dificuldades e possíveis soluções no processo de elaboração do TCC
- Processo de orientação
- Defesa pública
- Formas de circulação do trabalho: seminários e publicações

Bibliografia

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022:2003: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa; _____ . ABNT NBR 6023:2002: informação e documentação: referências: elaboração;



_____. ABNT NBR 6028:2003: resumos: procedimentos;
_____. ABNT NBR 10520:2002: informação e documentação: apresentação de citações em documentos;
_____. ABNT NBR 10719:2011: informação e documentação: relatório técnico e/ou científico: apresentação;
_____. ABNT NBR 14724:2011: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação;
_____. ABNT NBR 15287:2011: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação.
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

5. ANEXO

Cursos em parceria com outras instituições

Termo de compromisso do coordenador e vice coordenador;

Respectivo convênio ou acordo de cooperação assinado entre as instituições.

Outros

Além dos documentos listados, anexar qualquer outro que o proponente julgar necessário.

Cáceres-MT, 02 de julho de 2025.